

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
EXAME DE ORDEM**

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL**

PEÇA Nº: **C002030 – Peça Prático-Profissional**

ITEM DO PROGRAMA: Processo civil: procedimentos especiais de jurisdição voluntária.

ENUNCIADO

Maria de Fátima, viúva, com idade de 92 (noventa e dois anos), reside no bairro “X”, da cidade “Z”, com sua filha Clarice, a qual lhe presta toda a assistência material necessária. Maria de Fátima, em virtude da idade avançada, possui diversas limitações mentais, necessitando do auxílio de sua filha para lhe dar banho, alimentá-la e ministrar-lhe os vários remédios que controlam sua depressão, mal de Alzheimer e outras patologias psíquicas, conforme relatórios médicos emitidos por Hospital Público Municipal. Ao ponto de não ter mais condições de exercer pessoalmente os atos da vida civil, a pensão que recebe do INSS é fundamental para cobrir as despesas com medicamentos, ficando as demais despesas suportadas por sua filha Clarice.

Recentemente, chegou à sua residência, correspondência do INSS comunicando que Maria de Fátima deveria comparecer ao posto da autarquia mais próximo para recadastramento e retirada de novo cartão de benefício previdenciário, sob pena de ser suspenso o pagamento. Diante disso, Clarice, desejando regularizar a administração dos bens de sua mãe e atender a exigência do INSS, a fim de evitar a supressão da pensão, o procura em seu escritório solicitando providências.

Diante dos fatos narrados, elabore a peça processual cabível. (Valor: 5,0)

GABARITO COMENTADO

Deverá Clarice ajuizar ação de interdição com pedido de antecipação de tutela, em face de Maria de Fátima, perante o juízo comum estadual, nos termos dos artigos 1.767 a 1.783, do Código Civil e artigos 1.177 a 1.198, do Código de Processo Civil. Para tanto, deverá descrever as graves limitações psíquicas de sua genitora em razão da idade avançada que a impedem de gerir-se e administrar seus bens. Requererá a antecipação de tutela com o deferimento de curatela provisória, a citação da interditanda para comparecer à audiência especial, a produção de provas, sobretudo a pericial, a intimação do Ministério Público e, ao final, pedirá a procedência do pedido para decretar a interdição de Maria de Fátima.

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
EXAME DE ORDEM**

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL**

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
Foro e juízo competente – justiça comum estadual	0,00 – 0,20
Pedido de prioridade com fundamento no Estatuto do Idoso e / ou Art. 1211, a, do CPC	0,00 – 0,10
Indicação correta do polo ativo (Clarice) (0,10) e sua qualificação (0,10) e passivo (Maria de Fátima) (0,10) e sua qualificação (0,10)	0,00 – 0,10 – 0,20 – 0,30 – 0,40
Fundamentação para a concessão da tutela de urgência (Art. 273, CPC), explicitando os motivos respectivos	0,00 – 0,40
Fatos e fundamentos jurídicos com riqueza de argumentação, coerência e raciocínio jurídico __ descrição dos fatos que revelam a limitação psíquica para exercer os atos da vida civil __ a incapacidade da interditanda para reger-se e administrar os seus bens __ demonstração da legitimidade da autora para requerer a interdição __ impossibilidade da ré em atender pessoalmente as exigências do INSS	0,00 – 0,40 – 0,80 – 1,20 – 1,60
Fundamento Legal - CC, Art. 3º ou Art. 4º. - CC, do Art.1.767 ao Art. 1.783. - CPC, do Art.1.177 ao Art. 1.198.	0,00 – 0,20 – 0,40 – 0,60
Pedidos __ concessão de antecipação de tutela, nomeando-se a autora curadora provisória __ nomeação de Clarice como curadora em caráter definitivo __ citação da ré __ intimação do Ministério Público __ decretação da interdição	0,00 – 0,20 – 0,40 – 0,60 – 0,80 – 1,00
Pedido de concessão do benefício da Justiça gratuita ou indicação do recolhimento de custas	0,00 – 0,20
Pedido específico produção de provas pericial (0,30) Obs.: se o examinado fizer o pedido genérico de produção de provas (0,10)	0,00 – 0,10 – 0,30
Valor da causa	0,00 – 0,20

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
EXAME DE ORDEM**

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL**

QUESTÃO Nº: **B002062 – Questão 1**

ITEM DO PROGRAMA: Juizados Especiais Cíveis

ENUNCIADO

Martha foi convidada para participar, como palestrante, de um Congresso que ocorreria no Uruguai. Após confirmar a sua participação no evento, Martha decide comprar suas passagens pela Internet no site de uma famosa companhia aérea. Como não possuía voo direto que a levasse de Goiás para o Uruguai, Martha adquire um voo com escala em São Paulo. No dia da viagem, ao chegar a São Paulo, lugar onde teria que fazer a troca de aeronave, a passageira é informada a respeito do cancelamento de seu voo para o Uruguai. Preocupada, Martha indaga se seria possível realocá-la em outra aeronave, mas recebe a notícia de que somente decolariam novos voos para o Uruguai no dia seguinte, ou seja, após o evento do qual participaria. Inconformada com a perda do Congresso, Martha propõe uma ação no juizado especial cível de seu domicílio, postulando a reparação por danos morais e materiais em face da sociedade empresária. Em sede de contestação, a referida sociedade empresária alega não possuir culpa, não havendo, portanto, responsabilidade.

Com base no exposto, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

- A) O argumento utilizado pela sociedade empresária em sede de contestação está correto? (Valor: 0,65)**
- B) Suponha que Martha, ciente da data da audiência de instrução e julgamento, não compareça e não comprove que a sua ausência decorreu por motivo de força maior. Nesse caso, qual atitude deve ser tomada pelo juiz? (Valor: 0,60)**

GABARITO COMENTADO

- A) O argumento utilizado pela empresa não está correto. Preliminarmente, o candidato deve identificar que, no caso em tela, a responsabilidade é objetiva. Para fundamentar tal afirmação deverá informar que a questão versa sobre hipótese a ser guiada pelo Código de Defesa do Consumidor. O referido diploma, em seu Art. 14, estabelece que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. O dever de informação consta também do Inciso III do Art. 6º, do CDC. Alternativamente, poderá indicar como fundamento o tratamento que o Código Civil confere ao contrato de transporte (Art. 734 e seguintes).
- B) Deverá haver extinção do processo sem resolução do mérito, consoante estabelece o Art. 51, inciso I da Lei n. 9.099/95. Ademais, considerando que a ausência da autora não foi justificada, deverá haver pagamento de custas por parte desta, consoante § 2º do Art. 51 do mesmo diploma legal.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
A. O argumento usado não está correto. O candidato deve identificar que o caso em tela a responsabilidade é objetiva (0,45), indicando como fundamento o disposto no Art. 14 do CDC, o Art. 734 e seguintes do CC (0,20). Obs.: a simples indicação do dispositivo legal não pontua.	0,00 – 0,45 – 0,65
B. Extinção do processo sem resolução do mérito conforme Art. 51 da Lei n. 9.099/95 (0,40). Deve haver pagamento de custas pela autora, consoante § 2º do Art. 51 da Lei n. 9.099/95 (0,20).	0,00 – 0,20 – 0,40 – 0,60

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
EXAME DE ORDEM**

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL**

QUESTÃO Nº: **B002067 – Questão 2**

ITEM DO PROGRAMA: Direito Civil: Direitos reais. Processo Civil: Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa.

ENUNCIADO

José, proprietário de imóvel situado na Av. Itália, 120, na cidade de Salvador/BA, concluiu a edificação de 100 baias destinadas à criação de porcos, sem a observância de lei municipal que proíbe a atividade em bairro residencial. Não bastasse o descumprimento da lei municipal, a malcheirosa atividade vem atraindo ratos e moscas para a residência de João, vizinho contíguo. Diante da situação, João pretende ajuizar demanda em face de José.

Com base em tal situação, responda aos itens a seguir, utilizando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

A) A partir dos elementos de direito material constantes no enunciado, a pretensão de João será cabível? (Valor: 0,65)

B) Caso o não atendimento da lei municipal fosse detectado pelo Município de Salvador durante a edificação das baias, qual solução jurídica processual típica poderia ser requerida? (Valor: 0,60)

GABARITO COMENTADO

- A) A pretensão de João é viável. João pode pleitear a cessação da interferência prejudicial à saúde dos que habitam seu imóvel com base no §1 do Art. 1228 ou no Art. 1.277 ou Art. 1280, Código Civil, ou no Art. 461 do CPC, vez que a atividade está a trazer pragas, configurando-se o uso anormal da propriedade por José.
- B) Poder-se-ia ajuizar ação de nunciação de obra nova, com base no Art. 934, do CPC, demonstrando que obra em curso contraria a legislação municipal.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
A. A pretensão de João é viável (0,20), podendo pleitear a cessação da interferência prejudicial à saúde dos que habitam seu imóvel com base no §1 do Art. 1228 ou no Art. 1.277 ou Art. 1280, Código Civil, ou no Art. 461 do CPC, vez que a atividade está a trazer pragas, configurando-se o uso anormal da propriedade por José (0,45).	0,00 – 0,20 – 0,45 – 0,65
B. Poder-se-ia ajuizar ação de nunciação de obra nova (0,20), demonstrando que obra em curso contraria a legislação municipal. Fundamento legal: Art. 934, do CPC (0,40).	0,00 – 0,20 – 0,40 – 0,60

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
EXAME DE ORDEM**

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL**

QUESTÃO Nº: **B002083 – Questão 3**

ITEM DO PROGRAMA: Direito Civil e Constituição. Parentesco. Leis Cíveis Especiais. Princípios Gerais do Direito Processual Civil.

ENUNCIADO

Joana cuida de sua neta Maria desde que a menor tinha três anos de idade. Os pais de Maria nunca lhe deram atenção emocional ou prestaram recursos financeiros, sendo poucos os momentos de contato. Maria atualmente está com quinze anos de idade e se refere publicamente a sua avó como mãe. Depois de longas conversas com seus outros netos e filhos, que anuíram com a decisão, Joana, que é viúva, decide adotar sua neta Maria.

Partindo da temática “adoção”, responda, fundamentadamente, às indagações a seguir, apontando, inclusive, os dispositivos legais correlatos.

A) A legislação vigente admite a adoção de pessoa maior de dezoito anos? (Valor: 0,70)

B) Considerando a situação narrada no enunciado, existe a possibilidade legal de Maria ser adotada por sua avó Joana? (Valor: 0,55)

GABARITO COMENTADO

- A) É possível a adoção de maiores de dezoito anos, não se aplicando, entretanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando a pessoa adotanda for maior de 18 anos, a norma aplicável será a prevista no Código Civil e dependerá da assistência efetiva do poder público e formará sentença constitutiva. As normas previstas na legislação especial (ECA) terão aplicabilidade subsidiária. Fundamentação legal: Art. 1.619 do CC.
- B) Não é possível a adoção na situação narrada no enunciado, ante o óbice previsto no Art. 42, § 1º da Lei n. 8.069/90 (ECA), por meio do qual o legislador estabeleceu que ascendentes não podem adotar descendentes.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
A. É possível cabendo a aplicação das regras do Código Civil (0,50). Fundamento legal: Art. 1.619 do CC (0,20). Obs.: a simples indicação do dispositivo legal não pontua.	0,00 – 0,50 – 0,70
B. Não é possível a adoção de descendente por ascendente (0,35). Fundamentação legal: Art. 42, § 1º, da Lei n. 8.069/90 (ECA). (0,20) Obs.: a simples indicação do dispositivo legal não pontua.	0,00 – 0,35 – 0,55

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
EXAME DE ORDEM**

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL**

QUESTÃO Nº: **B002085 – Questão 4**

ITEM DO PROGRAMA: Defesa do Executado.

ENUNCIADO

“Y” figura como executado em ação movida por “Z”. Devidamente citado para o pagamento da quantia obrigacional, o demandado deixa de proceder com o pagamento no prazo legal, motivo pelo qual o Oficial de Justiça procedeu à penhora e à avaliação de bens, lavrou o respectivo auto e intimou o executado de tais atos, nos exatos termos da lei.

A penhora recaiu sobre uma vaga de garagem que possuía matrícula própria no Registro de Imóveis e que fora indicada pelo credor na inicial da ação de execução. Y opôs embargos do devedor, quinze dias após a juntada do mandado da respectiva intimação aos autos, por meio do qual arguiu que o objeto da penhora constituía bem de família, estando insuscetível ao ato construtivo.

Considerando a situação apresentada, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

A) O embargante está correto nas suas razões? (Valor: 0,65)

B) Considerando o aspecto processual, analise os embargos opostos e exponha as consequências jurídicas. (Valor: 0,60)

GABARITO COMENTADO

- A) Não assiste razão ao embargante visto ser perfeitamente possível a realização de penhora de vaga de garagem. A garagem com registro imobiliário autônomo não se confunde com a unidade habitacional (apartamento) e não integra a noção de pertença e, por conseguinte, não é bem de família (Súmula n. 449 do STJ).
- B) " Os embargos merecem ser rejeitados in limine, uma vez que são intempestivos (Art. 739, I), pois o prazo de quinze dias para a oposição desse remédio jurídico deve ser contado da juntada do mandado de citação aos autos, e não da de juntada do mandado de intimação (Art. 738 do CPC) OU Os embargos merecem ser rejeitados in limine, eis que manifestamente protelatórios, uma vez que contrariam texto expresso de súmula do STJ (art. 739 III, do CPC)."

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
A1. Não se trata de bem de família (0,20).	0,00 – 0,20
A2. Pois a garagem com registro imobiliário autônomo não se confunde com a unidade habitacional (apartamento) e não integra a noção de pertença (0,35), conforme Súmula 449 do STJ (0,10). Obs.: a simples indicação do dispositivo legal ou súmula não pontua.	0,00 – 0,35 – 0,45
B. Rejeição in limine por serem intempestivos OU manifestamente protelatórios (0,20). O prazo de quinze dias para a oposição desse remédio jurídico deve ser contado da juntada do mandado de citação aos autos, e não da de juntada do mandado de intimação OU Os embargos devem ser inadmitidos pois contrariam texto expresso de súmula do STJ. (0,30) Fundamento legal: Art. 738 ou 739, I ou III, do CPC. (0,10)" Obs.: a simples indicação do dispositivo legal não pontua.	0,00 – 0,20 – 0,30 – 0,50 – 0,60